

A POLÍTICA AGRÍCOLA DO BANCO MUNDIAL E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

THE AGRICULTURAL POLICY OF THE WORLD BANK AND GENDER INEQUALITY

José Anselmo Curado Fleury¹

Rabah Belaidi²

Resumo

O presente artigo dispõe-se a analisar um dos eixos da política agrícola do Banco Mundial que é a redução da desigualdade de gênero. Pretende-se apontar contradições que revelam um conteúdo liberal que não é expressamente reconhecido no momento de formulação dessa política. A proposta do artigo é demonstrar que a igualdade de gênero, apesar de lastrear todo o discurso a respeito da política agrícola do Banco Mundial, não constitui o foco principal da mesma, sendo antes a dissimulação de uma política liberalizante que visa a transformação da terra em mercadoria, propiciando as bases para a livre circulação de capital na zona rural.

Palavras Chave: Banco Mundial; política agrícola; igualdade de gênero

Abstract

This article sets out to examine one of the axes of the agricultural policy of the World Bank which is the reduction of gender inequality. It is intended to point out contradictions that reveal a liberal content that is not expressly recognized at the time of formulating this policy. The aim of this paper is to demonstrate that gender equality in spite of backing the entire discourse about the agricultural policy of the World Bank is not the primary focus of it, before being concealment of a liberalization policy aimed at transforming the land into merchandise, providing the basis for the free movement of capital in the countryside.

Keywords: World Bank; agricultural policy; gender equality

1. Introdução

¹ Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2010) e Pós-Graduação em Direito Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco (2012). Atualmente é mestrando em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás. É advogado, membro da OAB-GO.

² Professor da Faculdade de Direito da UFG, Coordenador do Programa de Pós Graduação em Direito Agrário.

O Banco Mundial (BM) é uma instituição financeira de âmbito global que possui programas de investimentos e empréstimos destinados a países em desenvolvimento. Entre as várias modalidades de programas existentes, destaca-se o programa para a agricultura do Banco Mundial, concretizado através de Planos de Ações Trienais, estando atualmente em vigência o Plano de Ação na Agricultura 2013-2015.

O Plano de Ação na Agricultura delinea a política agrícola adotada pelo BM em suas ações desenvolvidas em todo o planeta e estabelece diretrizes regulatórias a serem adotadas por cada país na perspectiva de facilitar o desenvolvimento agrícola das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Segundo os dados presentes nesse plano, a agricultura possui potencial para reduzir a pobreza em 75%, promovendo o desenvolvimento econômico e social e garantindo a segurança alimentar da população.

Ainda segundo o Banco Mundial, o principal objetivo dessa política agrária é promover a redução da pobreza em países em desenvolvimento, através do financiamento a projetos agrícolas locais que possam promover o desenvolvimento dessas comunidades (BANCO MUNDIAL, 2013, pag 30).

Entre as propostas estabelecidas pelo Banco para promoção do desenvolvimento estão as políticas de redução da desigualdade de gênero na agricultura. Ainda segundo o Banco, o aumento da participação das mulheres até o nível da participação masculina pode gerar um aumento da produção agrícola de até 4% nos países em desenvolvimento.

Para isto, o Banco Mundial adota o discurso da igualdade de gênero em sua política agrícola, com o objetivo declarado de permitir que mulheres se beneficiem dos projetos agrícolas e tenham acesso a financiamentos e capacitação, além de facilitar o registro de terras em nome próprio.

Dentro dessa política de redução da desigualdade de gênero por meio da agricultura, o Banco Mundial produz variados documentos que definem os termos de atuação do Banco e delineiam os aspectos políticos e ideológicos que norteiam sua política agrícola.

Dentro da literatura do Banco Mundial a respeito da desigualdade de gênero, se destaca o documento *Gender in agriculture : sourcebook* (BANCO MUNDIAL, 2008), por

meio do qual se revela as diretrizes políticas e estratégias que servem de fundamento para a execução de projetos nesta área.

O objetivo deste artigo é, através principalmente da análise desse documento e a partir do referencial teórico de Amartya Sen, procurar identificar se a política agrícola e de gênero do Banco Mundial possui caráter emancipatório, revelando assim qual o modelo agrícola que se pretende construir através dos projetos e atividades desenvolvidas pelo Banco.

Amartya Sen, em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, afirma que a pobreza se caracteriza não apenas pela falta ou ausência de renda, mas principalmente pela privação de capacidades básicas da pessoa humana. Sobre esse conceito escreve Sen:

A pobreza pode facilmente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente). Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). (SEN, 2010, pag 120).

Na análise do documento objeto desta pesquisa se adotará o conceito de “capacidades básicas” para se avaliar a concepção de pobreza adotada pelo BM, de maneira a verificar se essa política de redução das desigualdades de gênero possui perspectivas emancipatórias. Pretende-se também averiguar se a política agrícola do Banco Mundial tem como foco atacar a privação de capacidades das mulheres, da maneira definida por Sen.

Segundo Sen, a “abordagem da capacidade” permite uma mudança de foco nas políticas públicas, na medida em que preocupa-se menos com os meios (renda, consumo, mercadorias e recursos) para dedicar-se com mais afinco aos elementos constitutivos do bem estar humano, levando em conta todo o conjunto de fatores pelo qual uma pessoa pode fazer suas escolhas na busca de seu bem-estar. (SEN, 2012, pag 225)

Dessa maneira, busca-se a reorientação de uma concepção centrada na renda para uma centrada na capacidade, de maneira a compreender melhor a gênese da pobreza, definindo prioridades nas políticas públicas, que passam a ter como principal objetivo a eliminação da pobreza através da emancipação do indivíduo.

Este artigo buscará, respeitados os limites de tempo, desvelar a política agrícola do Banco Mundial a partir da perspectiva de gênero, procurando identificar qual a contribuição

dessa política para a emancipação da mulher no campo da agricultura, considerando o conceito de “capacidades básicas” cunhado por Amartya Sen.

2. Desigualdade de gênero

Logo em seu início, o documento *Gender in agriculture: sourcebook (Sourcebook)* faz um diagnóstico de um problema: a composição da população rural está em processo de significativa mudança, devido à morte de adultos jovens em consequência, entre outros fatores, da AIDS. Esse fato traz grandes impactos sobre a agricultura, pois muitas propriedades rurais subsistem nas mãos de crianças e idosos.

Além disso, a migração é um evento que evidencia as desigualdades de gênero, ao se verificar que um grande número de indivíduos do sexo masculino abandona o trabalho agrícola para se dedicar a outros setores, deixando a produção agrícola nas mãos de mulheres.

Essas mulheres, apesar de terem a responsabilidade da produção agrícola, não contariam com a mesma proteção legal e garantia aos direitos de propriedade que são oferecidos aos homens, razão pela qual estariam impedidas de atingir seu pleno potencial produtivo, o que resulta em perdas econômicas e risco à segurança alimentar das famílias. (BANCO MUNDIAL, 2008 pag 26)

Ainda segundo o Banco Mundial, o principal problema, advindo dessa insegurança jurídica a que as mulheres estão submetidas, seria a exclusão das mesmas do mercado, uma vez que elas não estariam aptas a competir em termos de custos e preços com grandes produtores. As grandes inovações trazidas pela abertura dos mercados internacionais deixaram vulneráveis os indivíduos com poucos recursos, especialmente mulheres.

Apesar de reconhecer a existência da exclusão de mulheres, o Banco Mundial defende uma política agrícola de caráter paliativo, baseada na inserção das mulheres no mercado agrícola, estabelecendo medidas específicas e pontuais no sentido de dar oportunidades para que estas participem da economia de mercado.

O Banco Mundial estabelece um ponto de vista sobre a desigualdade de gênero a partir de uma perspectiva capitalista, em que os problemas enfrentados por mulheres podem ser amenizados ou superados pela inserção das mesmas no mercado, revelando assim um viés liberalizante em sua política agrícola.

Segundo o Banco Mundial, a definição de “igualdade de gênero” utilizada no *sourcebook* refere-se ao acesso igualitário a oportunidades que permitam às pessoas fazerem suas próprias escolhas e evitar a privação extrema. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 106).

Esse conceito aproxima-se da ideia de Amartya Sen, pela qual a fundamentação das políticas deve levar em conta a expansão das capacidades humanas básicas, de modo que o mero aumento da renda não pode ser a motivação suprema das políticas de combate à pobreza, pois as relações instrumentais não tem o condão de substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e características da pobreza. (SEN, 2012, pag 127)

Apesar de adotar em seu conceito de igualdade de gênero a “capacidade de fazer suas próprias escolhas”, a política agrícola do Banco Mundial apresenta como única solução para a redução das desigualdades a inserção no mercado e a integração à economia capitalista. Essa orientação afasta-se do conceito de Amartya Sen, pois estabelece a exclusão do mercado como causa isolada da pobreza e desigualdade das quais padecem as mulheres.

Percebe-se que em nenhum momento ocorreu algum trabalho de oitiva das pessoas e comunidades envolvidas nos projetos, de maneira a identificar quais capacidades humanas básicas deveriam ser objeto de expansão para o processo de emancipação das mulheres e redução da desigualdade de gênero.

Ao contrário, as causas da pobreza já são previamente identificadas como sendo a exclusão das mulheres da economia de mercado, desvirtuando a ideia de Amartya Sen, que condena as políticas de perspectiva limitada, defendendo em estudo amplo a respeito das capacidades e necessidades humanas em cada grupo específico.

Da mesma maneira a solução para esse problema é apresentada pronta e acabada, como uma pílula: trata-se da inserção dessas mulheres no mercado, propiciando condições para que possam competir em nível de igualdade com os grandes produtores.

A simples incorporação à economia capitalista, em condições de competitividade, seria suficiente para que as mulheres deixem a condição de desigualdade em que vivem, sendo a partir daí capazes de prover sua própria sobrevivência.

A “capacidade de fazer suas próprias escolhas”, na maneira preconizada por Amartya Sen envolve a autonomia pessoal, estando aí incluídas a independência financeira e autodeterminação. No que se refere às políticas de gênero, essa autonomia pessoal passa

necessariamente pela questão do trabalho doméstico, devendo ter como objetivo a superação da abordagem histórica pela qual a mulher seria a única responsável pelas tarefas do lar.

Qualquer política de gênero que ignore essa questão correrá o risco de se tornar incipiente, atuando de maneira compensatória, ignorando as origens das assimetrias de gênero e desperdiçando a oportunidade de elaboração de uma política verdadeiramente emancipatória.

A autonomia da mulher só poderá ser garantida através de uma redivisão do trabalho doméstico, em que a mulher possa dividir esse papel com o homem, além de ter a opção de deixar os filhos em creches enquanto desenvolve atividades de seu interesse. Trata-se de condição essencial para que a mesma possa se capacitar para um trabalho externo, conforme escreve Maria Lúcia da Silveira:

A possibilidade de que a mulher possa ter algum controle sobre o seu tempo e possa dedicar-se ao trabalho remunerado, mas também veja diminuída a sobrecarga de trabalho doméstico e possa também se capacitar profissionalmente, estudar ou ter algum tempo para o lazer e a cultura, depende em grande medida que o Estado reveja sua abordagem de gênero em um espectro muito amplo de políticas. A ampliação da política de creches é particularmente importante para as mulheres, já que para além de um direito da criança ao bem-estar e a uma educação de qualidade, garante às mulheres melhores possibilidades de buscar trabalho remunerado. (SILVEIRA, 2004)

O *Sourcebook* é fundamentado na noção de que a agricultura possui um papel central na vida rural, na segurança alimentar e na redução da pobreza. Para isto a livro adota o conceito de *Sustainable Livelihoods Approach* (SLA)³, por meio do qual se analisam 4 aspectos da desigualdade de gênero:

- Bens (*assets*): As diferenças de gênero no acesso a recursos humanos, financeiros e naturais podem dificultar as relações de negócio entre homens e mulheres.
- Mercados: As assimetrias de gênero persistem em dificultar o acesso a mercados agrícolas e a fatores de produção e de consumo que garantam o bem estar doméstico.
- Risco e vulnerabilidade: incluem fatores naturais, conflitos humanos, epidemias, insegurança alimentar. A vulnerabilidade a esses fatores pode decorrer da desigualdade de gênero.

³ Caminho para um meio de vida sustentável (tradução livre)

- Conhecimento, informação e organização: Assimetrias de gênero no acesso à informação reforça a desigualdade.

A adoção do SLA, segundo o BM, permite um diagnóstico que irá nortear as políticas do Banco, cujas diretrizes estão definidas no *Sourcebook*. O foco dessa política está na realização de projetos agrícolas, por meio dos quais são feitas recomendações e estratégias que podem ser adotadas a nível local, regional ou nacional.

A partir do SLA, o BM foca sua atuação principalmente nas assimetrias de gênero no que se refere ao acesso a recursos, financiamentos, informações de mercado, capacitação e direitos de propriedade. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 30)

Percebe-se que a preocupação do BM refere-se principalmente a aspectos técnicos e econômicos, tais como acesso a mercados e direitos de propriedade. Poucas vezes ao longo do texto se fala em melhoria das condições de vida das mulheres, restringindo-se a citar brevemente as assimetrias de gênero na participação política.

Busca-se apresentar a inserção na economia de mercado como saída para a diminuição das desigualdades de gênero, portanto capaz de dar as mulheres uma melhor condição de vida na sociedade, a partir de sua atuação no mercado. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 30)

A diretriz da política agrícola do BM visa fornecer às mulheres informações a respeito do mercado, para que estas possam competir em igualdade com os grandes produtores. Esta diretriz seria viabilizada pelo acesso a financiamentos e produtos de mercado, no intuito de inserí-las na economia capitalista e permitir que, a partir daí, possam buscar seu próprio sustento.

Essa política possui implicações também no âmbito jurídico, na medida em que o BM dirige sua atuação também para a questão do direito de propriedade e da titulação sobre a terra. São citadas evidências que sugerem que o fortalecimento do direito das mulheres sobre terras pode gerar um impacto positivo no bem estar das famílias, motivo pelo qual é imprescindível que os projetos de desenvolvimento agrícola levem em consideração a variável de gênero. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 27).

Como exemplo, é citado um estudo realizado pelo Banco Mundial na África Subsariana: no Zâmbia, em um volume de capital semelhante investido em homens e

mulheres, o retorno obtido por estas foi superior em 15%. No Kênia, com os mesmos incentivos e educação fornecidos a homens e mulheres, estas tiveram resultados 20% superiores. (BANCO MUNDIAL, 2005 pag 28)

Neste caso mais uma vez verifica-se que, apesar de se falar em “bem estar das famílias” o resultado do projeto agrícola é aferido em termos de retorno do capital investido. A própria vinculação da mulher ao conceito de “bem estar das famílias” não contribui para a luta contra a desigualdade de gênero, pois acaba por reforçar o estereótipo de ser ela a única responsável pelas tarefas domésticas, acumulando deveres do lar com as atividades agrícolas.

Apesar do forte discurso em defesa da igualdade de gênero, o *Sourcebook* se omite a respeito de importantes temas, como saúde da mulher, direitos sexuais e reprodutivos, além da questão do trabalho doméstico. Além disso, a política de inclusão das mulheres na agricultura proposta pelo Banco Mundial carece de participação e contribuição dos segmentos organizados das sociedades envolvidas, bem como de organizações feministas e em defesa dos direitos das mulheres.

Trata-se de um déficit democrático que indica que tais políticas não visam exatamente à autonomia e independência das mulheres, mas buscam inserí-las no mercado de maneira a permitir uma maior circulação de capital privado nas áreas rurais dos países envolvidos, incorporando-os permanentemente à economia capitalista.

A ausência de uma concepção pluralista da política agrícola trata-se de uma característica da burocracia das grandes organizações, tais como o Banco Mundial, pouco afeitas a aceitar a contribuição plural vinda de movimentos e segmentos sociais, conforme Virgínia Ferreira:

Quanto às grandes burocracias que são as organizações internacionais, percebe-se que, sendo fortemente hierarquizadas e caldeadas por culturas democráticas de muito baixa intensidade, tendem a mostrar-se muito hostis a agendas que desafiem os seus padrões organizacionais correntes. Na verdade, elas têm-se confrontado com enormes dificuldades em aplicar os princípios e estratégias que recomendam aos seus próprios projetos e programas.

Na OIT ou no Banco Mundial e no Pnud, verifica-se que, mesmo quando a análise das relações sociais de sexo preside à concepção desses projetos e programas por imposição das diretivas políticas definidas ao mais alto nível, por uma série de razões derivadas das lógicas instaladas de funcionamento e dos modos de fazer, tendem a esfumar-se quando chegam ao terreno da sua implementação prática. (FERREIRA, 2004)

Dessa maneira, a política agrícola tende a adquirir um caráter hegemônico, que reflete a composição dessa organização, resultando em políticas de caráter liberal e

conservador, que ao invés de atacarem a raiz do problema da desigualdade de gênero na agricultura, optam por medidas pontuais, que não contribuem para a emancipação da mulher através da capacidade de fazer suas próprias escolhas, mantendo-as dependentes e subordinadas ao contexto de desigualdade em que vivem.

A análise proposta a partir do SLA pode ser considerada falível a partir do ponto em que deixa de considerar a emancipação das mulheres a partir do acesso e gozo de direitos que lhes foram historicamente negados.

Conforme já anunciado por Amartya Sen, a simples análise a partir de conceitos de renda e acesso a recursos financeiros é insuficiente para se averiguar o grau de emancipação de determinado indivíduo. Sen propõe a ampliação da base informacional das políticas públicas, da renda para as capacidades básicas, buscando-se a ampliação das liberdades substantivas individuais, através da consideração de diversos fatores específicos de cada caso, tais como heterogeneidades pessoais e diversidades ambientais. (SEN, 2012, pag 148)

Constata-se que, a partir da ideia de “capacidades humanas” preconizado por Amartya Sen, a política agrícola de redução da desigualdade de gênero do Banco Mundial é criticável no ponto em que deixa de considerar as diversidades regionais e locais de cada grupo social para inserí-los na vala comum de uma política genérica de “inserção da mulher no mercado agrícola”.

As capacidades humanas são então substituídas por um discurso de viés liberal que defende a economia capitalista de mercado como solução para a desigualdade de gênero, quando se sabe que as origens desse problema possuem raízes muito mais profundas do que o limitado alcance dessa política.

3. Segurança Alimentar

O *Sourcebook* dedica um módulo inteiro ao tratamento da questão referente ao gênero e segurança alimentar. O Banco Mundial reconhece que o problema da segurança alimentar atual não é apenas de produtividade agrícola, mas principalmente de acesso aos alimentos e à nutrição adequada.

A respeito do conceito de segurança alimentar, convém citar a definição adotada pelo Banco Mundial no *Sourcebook*:

Food security is essentially built on three pillars: food availability, food access, and food utilization. An individual must have access to sufficient food of the right dietary mix (quality) at all times to be food secure. Those who never have sufficient quality food are chronically food insecure. Those whose access to an adequate diet is conditioned by seasonality are food insecure and are generally called seasonally food insecure. Individuals who normally have enough to eat but become food insecure in the face of disasters triggered by economic, climatic, and civil shocks (war and conflict) are transitorily food insecure. The “at all times” element of the food security definition makes risk and associated vulnerability an important element of the food security concept. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 39)

O papel da mulher na garantia da segurança alimentar é ressaltado, destacando que o sucesso dos projetos nessa área passa diretamente pelo foco nas políticas de igualdade de gênero.

De acordo com o BM, a mulher é considerada a primeira responsável pelo bem estar das famílias, tendo em vista sua importância na transformação de produtos agrícolas em alimentos. Acrescenta ainda que as mulheres geralmente são as responsáveis pela preparação do alimento, bem como pela alimentação das crianças e das pessoas que habitam a casa:

Gender-based inequalities all along the food production chain “from farm to plate” impede the attainment of food and nutritional security. Maximizing the impact of agricultural development on food security entails enhancing women’s roles as agricultural producers as well as the primary care-takers of their families. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 36)

Como se vê a política agrícola de combate à desigualdade de gênero proposta pelo BM ignora a importância da divisão do trabalho doméstico no processo de emancipação da mulher. Ao considerar a mesma como a primeira responsável pela preparação de alimentos e nutrição das crianças, o BM mantém o paradigma conservador vigente, deixando de atacar aquela que é uma das principais causas da desigualdade de gênero: o excesso de tarefas e carga horária de trabalho a que são submetidas as mulheres.

A emancipação da mulher, a partir da perspectiva do trabalho de Amartya Sen, passa necessariamente pelo ataque às raízes da desigualdade de gênero, o que envolve também uma questão cultural, pela qual as mulheres foram historicamente subjugadas na sociedade.

A “capacidade de fazer suas próprias escolhas” implica na possibilidade de as mulheres escolherem e opinarem sobre qual tipo de trabalho desejam desenvolver. A adoção da perspectiva do “bem estar das famílias” apenas reforça o estereótipo da mulher “caseira”, responsável pela família e pelos trabalhos domésticos.

Essa visão pouco contribui para a emancipação da mulher, objetivo esse que somente pode ser alcançado na medida em que se garanta aos indivíduos do sexo feminino a autonomia sobre o próprio corpo, o direito ao aborto e a possibilidade de praticar atividades de seu interesse, através da construção de creches e da divisão do trabalho doméstico, de maneira que a mulher possa gozar da liberdade de dispor do próprio tempo.

Como medida de incremento da produção agrícola com vista à segurança alimentar, o Banco Mundial defende que as mulheres se tornem proprietárias de terras. Dentro dessa perspectiva, insiste-se em uma reforma legal que garanta o direito de propriedade sobre a terra.

Como exemplo dessa prática, é citado o projeto de Desenvolvimento Rural realizado em Gâmbia, por meio do qual muitas mulheres obtiveram seu título de propriedade mediante um programa de requisição de terras:

Legal reforms need to take into account multiple-use rights to land, particularly women's rights, as well as the different means by which women gain access to land, including divorce and inheritance systems (see Module 4, particularly Thematic Notes 2 and 4). The Lowlands Agricultural Development Projects in The Gambia (see Module 6, particularly Innovative Activity Profile 2) provide a good example of how understanding the way that women obtain land rights affects the design of a successful project. The project resulted in previously landless women obtaining secure rights to land through a land reclamation program. (BANCO MUNDIAL, 2008, pag 40)

O que se percebe, no entanto é que essa reforma legal centrada no direito de propriedade não teria como foco a redução da desigualdade de gênero, tampouco a garantia de segurança alimentar. Tal medida dispõe-se, na verdade, a mercantilizar a terra, dotando-a de valor e tornando-a uma mercadoria a mais no mercado, propiciando as bases para a circulação de capital na zona rural.

Mais uma vez, percebe que o discurso de redução da desigualdade de gênero do Banco Mundial oculta uma política liberalizante que tem como meta a ocupação do espaço rural pelo capital, de maneira que este possa, à sua maneira, determinar o tipo de uso que se deve fazer da terra, segundo os interesses comerciais, deixando em segundo plano as questões das assimetrias de gênero.

Essa política agrícola ignora fundamentalmente a relação do indivíduo com a terra, incluídas aí as comunidades tradicionais a exemplo dos quilombolas e indígenas no Brasil. O conceito de terra como mercadoria nada acrescenta para uma política de emancipação da

mulher enquanto sujeito e autora de sua própria vida, atendendo apenas aos interesses do capital, na expectativa de ampliar suas fronteiras.

4. Conclusão

A partir da análise da política agrícola e de gênero proposta pelo Banco Mundial através do *Sourcebook*, constata-se que a mulher ainda é vista como instrumento, e não sujeito dessa política, fato inconcebível para uma política que pretenda se apresentar como minimamente emancipatória.

A visão das relações de gênero presente no discurso do Banco Mundial ainda não se desvinculou da visão da mulher como “dona de casa”, responsável pelo lar e pela criação dos filhos.

O diagnóstico de desigualdade efetuado foi incapaz de identificar a questão do trabalho doméstico, que é um dos principais pontos de privação de direitos das mulheres e que as impede de exercer plenamente sua liberdade enquanto cidadã e sujeito ativo de sua própria vida.

Em relação ao plano jurídico, ao enfatizar o problema da desigualdade a partir da perspectiva do direito de propriedade, o Banco Mundial expõe uma visão dogmática do Direito. Não obstante adote um discurso de redução da desigualdade de gênero, demonstra-se que sua atuação está muito mais centrada na mudança da legislação e na defesa do direito de propriedade do que na concretização da dignidade da pessoa humana.

O combate à desigualdade de gênero não pode ser feito sem um olhar específico para as particularidades locais de cada população. Devem ser considerados não apenas os aspectos econômicos mas também questões sócio-culturais e até mesmo religiosas, que podem determinar o sucesso ou fracasso das políticas de gênero.

A proposta contida no *Sourcebook* explicita uma política de caráter paliativo, incapaz de atacar as verdadeiras causas do problema da desigualdade de gênero, servindo antes a um interesse de expansão do capital privado no meio rural, através do fortalecimento do direito de propriedade e da transformação da terra em mercadoria, cumprindo a cartilha da política neoliberal.

Da maneira como é formulada, a política agrícola e de gênero do Banco Mundial dificilmente resolverá a questão das assimetrias de gênero, pois em sua gênese não são

consideradas as contribuições dos movimentos de mulheres, tampouco ocorre a participação das populações dos locais onde se desenvolvem os projetos agrícolas financiados pelo banco.

Essa constatação vai de encontro ao que Amartya Sen chamava de “ampliação da base informacional”, que seria a consideração de diversos fatores e condições que possam otimizar os resultados das políticas públicas. Ao fechar-se em sua tecnocracia burocrática, o Banco Mundial ignora as reais necessidades da mulher enquanto indivíduo, cedendo espaço para uma política de caráter liberal que pouco ou nada acrescenta em termos de melhoria do bem-estar das mesmas.

No que se refere à segurança alimentar, verifica-se que a política agrícola exposta busca um aumento da produção em termos numéricos, o que resultaria em melhoria da nutrição e conseqüentemente do nível de segurança alimentar das populações envolvidas nos projetos agrícolas do banco. Mais uma vez, a emancipação da mulher enquanto sujeito é relegada a segundo plano.

Antes, é enfatizado o papel da mulher enquanto principal responsável pela nutrição dos membros da família, reforçando um encargo que na verdade deveria ser dividido com os outros membros da família, de maneira a propiciar à mulher uma maior disponibilidade de tempo para as atividades de seu interesse.

Em síntese, constatou-se que a política agrícola de redução da desigualdade de gênero proposta pelo Banco Mundial carece de um caráter emancipatório, pois desconsidera pontos cruciais em qualquer política de gênero, que são a redistribuição do trabalho doméstico, a autonomia da mulher sobre o próprio corpo, além da questão do aborto.

Grande parte do trabalho desenvolvido através do *Sourcebook* envolve medidas paliativas de conteúdo liberal, que atendem mais a interesses do grande capital do que realmente contribuem para a diminuição da desigualdade de gênero.

Percebe-se que o caminho para uma política de gênero realmente emancipatória ainda está em curso. Os países em desenvolvimento ainda ostentam grandes assimetrias entre homens e mulheres, principalmente no campo, onde a desigualdade é potencializada pela precária condição de vida.

O Banco Mundial possui importante influência sobre as políticas e legislações dos países em desenvolvimento que recebem seus projetos agrícolas. O que se constata é que

atualmente há desperdício de tempo e recursos com projetos que não resolvem diretamente o problema da desigualdade de gênero.

Para isto, será necessário uma política agrícola que apresente como objetivo máximo o bem-estar da mulher, inserindo-a em sua elaboração, a partir da participação dos movimentos de luta pelos direitos das mulheres bem como da contribuição da população envolvida. A persistir essa política desoxigenada, elaborada em gabinetes por tecnocratas oriundos de países desenvolvidos, o Banco Mundial pouco contribuirá para a igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Gender in Agriculture; Sourcebook**. Banco Mundial, 2008. Washington D.C. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/10/21/000333037_20081021011611/Rendered/PDF/461620PUB0Box3101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf>.

Acesso em: 18 maio 2014.

BANCO MUNDIAL. **Plano de Ação na Agricultura 2013-2015**. Banco Mundial, 2013. Washington D.C. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/05/23/000333037_20130523100445/Rendered/PDF/779110WP0Ag0Ac0than0the0Board0paper.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

CORTEN, André. **Le discours de la pauvreté de la Banque Mondiale**. Revista Langage et société, n° 85. Disponível em <<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/art>>, Acesso em: 05 abril 2014.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, Virgínia. **A globalização das políticas de igualdade entre os sexos. Do reformismo social ao reformismo estatal**. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, n° 08, pag 77-102, 2004.

GOBIN, Corinne ; DEROUBAIX, Jean-Claude. **L'analyse du discours des organisations internationales ; Un vaste champ encore peu exploré**. *Mots. Les langages du politique*, 2010. Disponível em: <<http://mots.revues.org/19872>>. Acesso em 04 abril 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária do Banco Mundial em questão**. *Estudos Avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200024&script=sci_arttext >. Acesso em: 22 maio 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, n° 08, pag 65-75, 2004.